



Projeto Educativo

Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada



Anadia, 2015/2018

«Educar é semear com sabedoria e colher com paciência»

Augusto Cury

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL.....	6
2.	REFERÊNCIA HISTÓRICA	6
2.1.	PERFIL DA ENTIDADE.....	8
2.2.	ENQUADRAMENTO LEGAL	8
2.3.	OBJETIVOS GERAIS	8
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA ESCOLA.....	9
4.	SEDE DA ESCOLA.....	11
5.	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	11
6.	ACESSIBILIDADES	13
7.	VISÃO.....	13
8.	MISSÃO.....	14
9.	VALORES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES	14
10.	PRINCÍPIOS ORIENTADORES ORGANIZACIONAIS	14
10.1.	PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS	14
10.2.	ÂMBITO PEDAGÓGICO/FORMATIVO.....	15
10.2.1.	OBJETIVOS VISADOS	15
11.	OFERTA FORMATIVA	16
11.1.	CURSOS PROFISSIONAIS.....	16
11.1.1.	DESTINATÁRIOS	16
11.1.2.	OBJETIVO	16
11.1.3.	ORGANIZAÇÃO.....	16
11.1.4.	PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL	17
11.1.5.	CERTIFICAÇÃO.....	17
12.	POPULAÇÃO ESCOLAR ACTUAL.....	18
13.	RELACIONAMENTO COM ENTIDADES LOCAIS.....	21
14.	PARTICIPAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO	21
15.	RECURSOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS	22
15.1.	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E RECURSOS DISPONÍVEIS.....	22
15.2.	ORGANIZAÇÃO DO TEMPO.....	22
15.2.1.	HORÁRIO-TIPO.....	22
15.2.2.	TEMPOS LETIVOS.....	22
16.	AVALIAÇÃO DOS PONTOS FRACOS E FORTES.....	24
17.	AMEAÇAS E OPORTUNIDADES	27
18.	PRIORIDADES DE ACTUAÇÃO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO	29
19.	FORMAS E MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO.....	40
20.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	40

PREÂMBULO

A meta de um projeto educativo deve passar pela partilha e troca de ideias sobre constrangimentos, ansiedades, expectativas, gizando a formação de cidadãos competentes, esclarecidos, participativos, tolerantes e reflexivos.

Para que estes objetivos sejam alcançados individualmente e pela comunidade, a formação pessoal social e cultural dos alunos deve ser uma prioridade, e para tal é fundamental uma ótima articulação entre a escola e o meio envolvente e os parceiros sociais para além de poder ajudar a dar resposta aos problemas atuais que preocupam a sociedade em geral e a comunidade educativa em particular.

Deste modo a elaboração do Projeto Educativo e o seu cumprimento, devem ser um instrumento que permita a diversidade, a democraticidade, a participação e a eficácia de todos os elementos que constituem a comunidade educativa, bem como uma instância promotora de uma consciência ética e cívica nas novas gerações. Assim, urge humanizar o ensino e envolver os alunos, num processo dinâmico capaz de gerar cidadãos preparados para intervir, interpretar e conhecer a vida e o mundo, tendo subjacente e presente a dignificação do ser humano.

Num mundo em constante mutação, onde vislumbramos o emergir de uma nova sociedade, impõe-se uma mudança conceptual que leve a uma educação de qualidade, assente em saberes específicos. Para conseguir tais objetivos, é necessário combater o vazio deixado pela desvalorização de todos os valores. Assim, torna-se imprescindível que a escola cative os jovens, para que estes possuam razões que levem a que se sintam envolvidos para atuar em consonância com valores fundamentais para a edificação de qualquer sociedade. É aqui que a escola pode e deve agir.

É necessário que o professor alargue os interesses dos alunos para campos mais vastos e ainda não conhecidos por eles a partir da realidade que lhes é mais próxima, usando processos que coloquem o aluno ante a necessidade de pensar.

Os tempos atuais de competitividade global estão a originar uma imensa preocupação moral sobre a maneira como estamos a preparar as gerações do futuro. Na verdade, as relações transformam-se, são mais abrangentes, os papéis diluem-se misturando-se as fronteiras relacionais e, com a globalização da informação, as responsabilidades crescem.

Encontrar o caminho verdadeiro, o trilho certo, um modelo educacional coerente, é muito difícil, se não houver da parte dos professores, alunos e outros, vontade de cooperar e colaborar na troca e partilha de experiências e saberes, mas é com responsabilidade, rigor e respeito, para com a Escola e toda a comunidade educativa, que conseguiremos alcançar e ganhar o futuro.

A escola, hoje, mais do que nunca, tem de ser o reflexo de um espelho comunitário e não uma obra isolada e desfasada da sua realidade envolvente. Todavia, para alcançarmos tal propósito, é necessário permanecer otimista, pois é de difícil conciliação ser pessimista e educador ao mesmo tempo.

Em suma, construir e dar corpo ao Projeto Educativo passará por um exercício de cooperação, reflexão e questionamento constantes, identificando problemas, avaliando decisões, estratégias e resultados,

mobilizando toda a comunidade em torno de objetivos comuns, de forma a perspetivar o futuro, tendo em vista a eficácia e a qualidade.

Neste sentido, o Projeto Educativo da Escola é um trabalho coletivo que deve ser desenvolvido "em benefício dos alunos" e que pressupõe o conhecimento das características, interesses e expectativas dos mesmos, o conhecimento do contexto (interno e externo) em que se desenvolve o processo educativo, as prioridades educacionais, a identificação de estratégias de intervenção e a participação de todos os intervenientes: alunos, encarregados de educação, direcção, professores, pessoal auxiliar de ação educativa e pessoal administrativo, isto é, daqueles que nela exercem a sua ação educativa e dos que nela recebem a sua formação.

1. ENQUADRAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

A extinção das Escolas industriais e comercial fundamentada no estigma de segregação de classes sociais, considerando que seriam os jovens oriundos de classes sociais menos favorecidas a optarem pela formação ministrada nestes estabelecimentos, visavam a entrada na vida ativa com uma formação profissional especializada. O tipo de ensino aqui ministrado apostava na forte formação profissional em detrimento da cultura científica.

O vazio deixado com a extinção desta modalidade de ensino privou o país da formação técnica de base e conseqüente falta de quadros qualificados nas estruturas profissionais técnicas.

Em 1989, aproveitando o contexto orçamental favorável com base nos fundos comunitários, nomeadamente o fundo social europeu (FSE) e fundo europeu de desenvolvimento económico regional (FEDER), com a consciência do vazio educativo acima referido foram criadas as condições legislativas e de enquadramento financeiro para a criação das Escolas Profissionais.

Este modelo de ensino assentava na participação ativa do meio envolvente com fortes ligações ao tecido empresarial e potencialidades locais/regionais. Desta realidade surgiram planos curriculares, estratégias metodológicas para a formação de técnicos intermédios de qualidade com uma forte consciência de cidadania. O modelo permitiu também a introdução de modelos inovadores, nomeadamente a formação em contexto de trabalho e a estrutura modular que contribuíram de forma relevante para a elevada taxa de aproveitamento e que as formações ministrados respondessem às necessidades efetivas do mercado de trabalho. A este facto está intimamente ligado o sucesso das Escolas Profissionais, nomeadamente pela elevada taxa de empregabilidade, pelo sucesso profissional de muitos dos seus alunos e pela possibilidade de alguns destes poderem prosseguir os seus estudos.

As Escolas Profissionais, públicas ou privadas, são hoje parceiros importantes no desenvolvimento económico e na modernização e competitividade das empresas nacionais e das regiões em que se inserem.

Contudo, a recente liberalização da formação profissional e volubilidade dos agentes formativos poderão conduzir a uma distorção deste sistema de ensino.

2. REFERÊNCIA HISTÓRICA

A criação da Escola Profissional de Anadia não se circunscreve a uma causa ou motivo próximo. Efetivamente, as causas são circunstanciais, estratégicas e históricas. As décadas de oitenta e noventa do século passado foram marcadas por uma política agrícola sustentada na extensão rural, o conhecimento técnico e tecnológico do domínio agroindustrial era detido fundamentalmente pelos técnicos do Ministério da Agricultura. A transferência deste conhecimento era vital para o sector agrário absorver eficazmente as ajudas comunitárias, para o seu desenvolvimento e modernização. A fileira vitivinícola dava sinais de potencialidades de emergência, sendo particularmente evidentes na Região da Bairrada onde a concentração de agentes económicos ligados ao setor transformador e

comercial assumia e assume particular relevância. Contudo, a carência de recursos humanos especializados constituía um estrangulamento à modernização e competitividade.

A existência de uma estrutura, centenária, especializada de experimentação vitivinícola e com elevadas tradições na formação contínua e na informação vitivinícola especializada com elevada credibilidade no setor empresarial, regional e nacional relevou a extensão rural especializada naquele período.

As carências e constrangimentos orçamentais para a modernização das estruturas estatais conduziram a degradações do património urbano e dos equipamentos incompatíveis com os objetivos de desenvolvimento experimental.

Neste quadro a publicação do Decreto-Lei 26/89 (criação do ensino profissional e organização das escolas profissionais) abriu a oportunidade da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral, através da sua estrutura local, Estação Vitivinícola da Bairrada, liderar o processo de formalização da candidatura à criação da Escola Profissional.

Tendo em vista o objetivo referido, a Estação Vitivinícola consciente das suas limitações nos saberes das áreas científica e sociocultural convidou a Escola Secundária para consigo estabelecer parceria, consciente também do reforço que a Comissão Vitivinícola da Bairrada poderia dar para efeitos de ligação ao setor empresarial foi também convidada a associar-se.

Para efeitos de construção do dossier de candidatura (com elevada complexidade) foi admitido um quadro técnico superior para esse efeito e conduzir o processo.

A criação da Escola, por força do Decreto referido obedecia à aprovação da candidatura por parte do Ministério da Educação e posterior assinatura de um Contrato Programa entre aquele Ministério e os promotores previamente associados através de protocolo.

A iniciativa culminou no dia 30 de Junho de 1991, com a assinatura do Contrato Programa que criava a Escola respetiva organização e funcionamento. O nome da Escola resultou da raiz histórica da Estação Vitivinícola da Bairrada, cuja origem assenta na Escola de Viticultura e Pomologia da Bairrada, criada em 30 de Junho de 1887. Considerando as valências locais e a aposta estratégica da política nacional da altura foi eleita área da viticultura e enologia como objeto de ensino e daí a conseqüente designação de Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada, atualmente Escola Profissional de Anadia.

Até 1993 a Escola apenas ministrava o Curso Técnico de Viticultura e Enologia, por exiguidade e inadaptação das instalações, contudo por razões de sustentabilidade económica e também pela carência de quadros especializados na área do Marketing do vinho, foi proposto e autorizado o funcionamento do curso de Marketing, Comunicação, Relações Públicas e Publicidade, o qual foi ministrado apenas num ciclo de formação, tendo sido substituído pelo curso de Assistente de Gestão, hoje Técnico de Gestão.

Aproveitando o concurso aberto em 1993 para efeitos de reestruturação e modernização das instalações escolares, foi apresentada candidatura para recuperação, ampliação e adaptação das instalações já seculares, que mereceu a respetiva aprovação, propiciando obras de restauro que atingiram os objetivos da candidatura.

A publicação do Decreto-Lei n.º 4/98 veio introduzir obrigações de propriedade, de organização interna e responsabilidades, que obrigou à criação da Associação Escola Profissional de Viticultura e Enologia

da Beira Litoral que passou a deter a propriedade da Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada (EVEB) e as responsabilidades daí advindas.

A liberalização, a partir de 2007, de candidaturas a novas turmas e novos cursos e a oportunidade aberta para novas tipologias de formação permitiu à Escola encetar um plano de crescimento e de adaptação estratégica às novas necessidades de mercado, para novas áreas de formação.

2.1. Perfil da entidade

A entidade proprietária é uma associação da qual fazem parte organizações representativas de vários setores de atividade: associações inter profissionais ou culturais, instituições da administração pública central e do poder local e ainda empresas vitivinícolas regionais. Nas competências da Assembleia Geral, os seus estatutos, definem claramente o papel regulador dos agentes socioeconómicos e culturais na atividade da escola, nomeadamente: aprovação do plano de atividades letivas e extra-letivas nos domínios cultural, pedagógico e socioeconómico e outros.

Através de parcerias e protocolos elaborados com empresas e organizações de diversos ramos de atividade (desde a produção vitivinícola, indústrias transformadoras, empresas prestadoras de serviços, de restauração e turismo), a escola pretende responder às necessidades do tecido empresarial local e regional, de mão-de-obra qualificada e duplamente certificada, promovendo uma oferta formativa ajustada a todo o contexto empresarial, social e educacional, definindo assim, as linhas fundamentais do seu exercício.

2.2. Enquadramento Legal

A Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada é uma instituição de ensino privado, regulada pelas Leis n.ºs 92/2014, Portaria 74-A/2013 e Lei 51/2012, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, com base no Contrato Programa assinado em 28/06 de 1991 entre o Ministério da Educação, representado pelo GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional - a Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral, a Escola Secundária de Anadia e a Comissão Vitivinícola da Bairrada.

A Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada, é um estabelecimento vocacionado para o ensino profissional e destinado a formar técnicos nas áreas de Viticultura e Enologia, Gestão e Restauração (variantes Restaurante/Bar e Pastelaria/Cozinha) e Desenho de Construções Mecânicas, variante Moldes. Estes cursos conferem o equivalente ao 12.º ano de escolaridade, nível IV da comunidade europeia e um diploma de técnico na respetiva área.

2.3. Objetivos Gerais

- Formar quadros técnicos intermédios, proporcionando aos jovens uma formação adequada à sua inserção na vida ativa.
- Favorecer o desenvolvimento global do formando nas suas dimensões técnicas, científica, social, cultural e ética.

- Organizar o sistema educativo-formativo baseado na vivência quotidiana da Escola e do meio envolvente.
- Fomentar a fluidez de intercâmbio numa perspectiva sincrónica e diacrónica a vários níveis, designadamente social, cultural, científico, técnico e pedagógico com os parceiros nacionais e comunitários.
- Garantir uma participação interativa de que possam beneficiar coordenadamente todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.
- Ser um polo de formação e informação contínua aberto para a comunidade e todos os parceiros sociais.
- Fomentar a participação nos progressos técnicos e científicos, assim como nos movimentos culturais.
- Procurar ser uma Escola informada e aberta ao meio.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL e FUNCIONAL da ESCOLA

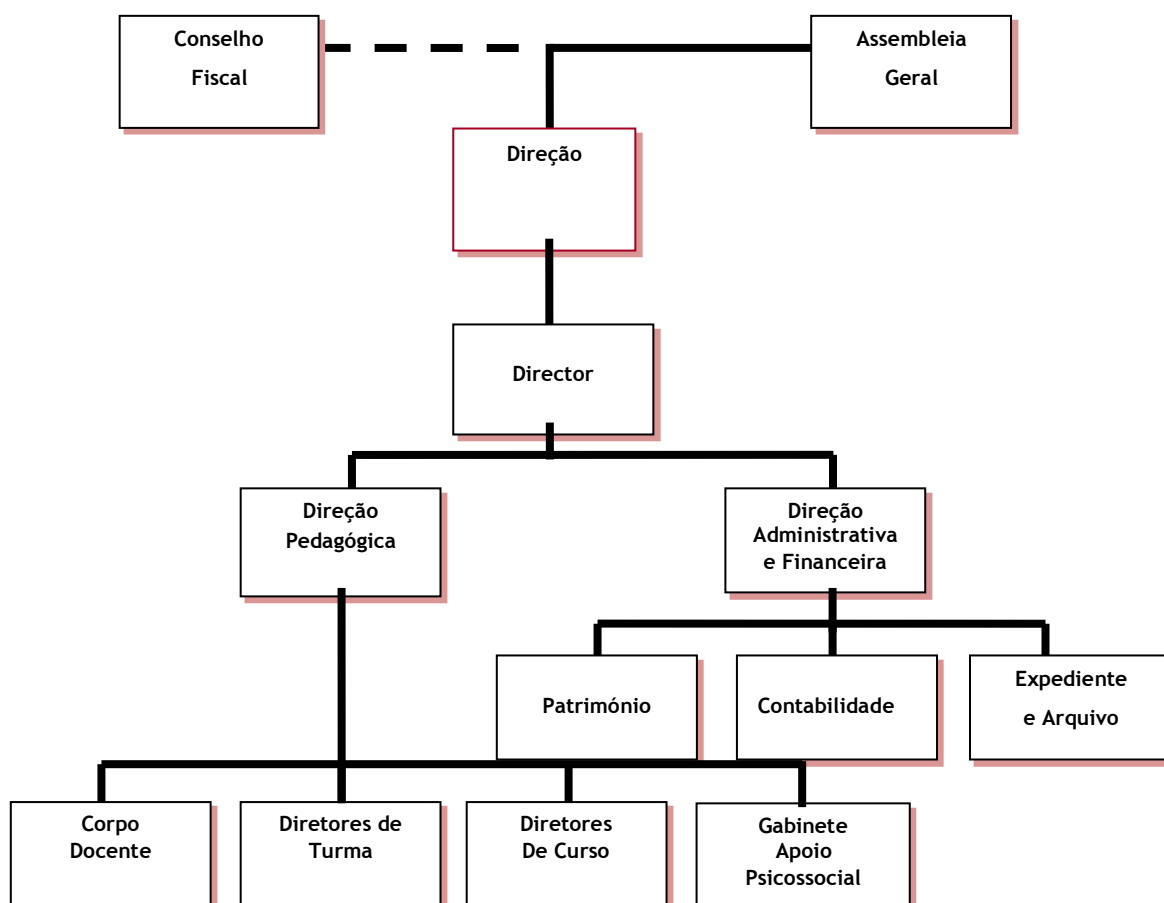
A EVEB é uma estrutura pedagógica, propriedade da Escola Profissional de Viticultura e Enologia da Beira Litoral. A organização daquela entronca na estrutura estatutária da sua proprietária.

Assim, a estrutura orgânica, estatutariamente reconhecida, assenta nos seguintes órgãos:

- Assembleia Geral: com poderes deliberativos, cabendo-lhe a aprovação e ratificação dos instrumentos e resultados da gestão administrativa e financeira;
- Conselho Fiscal: é o órgão fiscalizador e consultivo da Assembleia Geral para os resultados e contas de gerência;
- A Direção: dirige, coordena e orienta os serviços e atividades da Associação;
- O Director. é o órgão de administração e gestão da EPVEBL que responde pela gestão administrativa e financeira e de supervisão do processo pedagógico.
- Direção Administrativa e Financeira: é um órgão singular de apoio ao Director e auditoria em matéria de gestão financeira e contabilística;
- A Direcção Pedagógica: é um órgão singular, com competências definidas no Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, artigo 26.º, carece, ao abrigo deste normativo, da aprovação da Direcção Regional de Educação do Centro, competindo-lhe, entre outros, gerir, coordenar, monitorizar e certificar todos os elementos e atividades envolvidos no processo de ensino/aprendizagem e construir os instrumentos estratégicos de planeamento e organização da oferta formativa;
- O Conselho Consultivo: O conselho consultivo é o órgão que emite parecer sobre algumas das linhas orientadoras da atividade da escola e inclui na sua composição órgãos de direcção da escola, representantes dos docentes, dos alunos, dos pais e encarregados de educação, de instituições e organismos locais representativos do setor económico e social e das empresas parceiras na formação.

- O Conselho Pedagógico é um órgão consultivo para apoio à gestão e orientação pedagógico/didáctica, presidido pelo Director técnico-pedagógico.
- O Diretor de Curso monitoriza e coordena todas as acções conducentes ao sucesso do curso de que é responsável. Promove a interligação e a coordenação curricular entre as diferentes componentes formativas. Prepara e coordena as formações em contexto de trabalho e toda a actividade conducente ao desenvolvimento do Projecto da Prova de Aptidão Profissional (PAP);
- O Director de Turma: Para além das competências consignadas na Portaria 74-A/2013 de 15 de fevereiro, a intervenção do diretor de turma reveste especial importância no processo de ensino/aprendizagem dos alunos e deve desenvolver-se de forma articulada a quatro níveis fundamentais: na relação com os professores da turma; na relação com os pais/encarregados de educação e na execução de tarefas administrativas;
- Gabinete de Apoio Psicossocial: Para além das competências consignadas na Portaria 74-A/2013 de 15 de fevereiro, a intervenção do diretor de turma reveste especial importância no processo de ensino/aprendizagem dos alunos e deve desenvolver-se de forma articulada a quatro níveis fundamentais: na relação com os professores da turma; na relação com os pais/encarregados de educação e na execução de tarefas administrativas.

ORGANOGRAMA



4. SEDE DA ESCOLA

A Escola Profissional de Anadia está disseminada por dois edifícios, a sua sede que se situa, no espaço urbano onde funciona a Estação Vitivinícola da Bairrada, na Avenida 25 de Abril, e um edifício central na rua Fausto Sampaio, onde se encontram 10 salas de aula, cozinha pedagógica, bar pedagógico, entre outros serviços de apoio.

No primeiro, destes edifícios, utiliza, ainda, em regime temporário, uma sala de prova organolética, laboratórios de química analítica e enologia, adega e área de vinha.

5. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE

A Escola Profissional de Anadia, localiza-se no município de Anadia, Beira Litoral, Região Centro, no Baixo Vouga, agora designada Região de Aveiro, na sub-região da Bairrada, distrito de Aveiro.

A maioria dos alunos é oriunda de municípios da região Centro - Baixo Vouga e é sobre esta região que a escola desenvolve os seus estudos de caracterização económica, social e de mercado potencial de emprego.

Para poder efectuar esta caracterização foram Consultados (INE) dados Estatísticos do Censos 2011; Anuário Estatístico da Região Centro -2013/2014; Boletim Mensal de Estatística 2º trimestre 2015.

A Região Centro, em 2013, destacou-se no indicador taxa de emprego por apresentar o valor mais elevado (59,1%) face à média nacional (49,7%).

Para o mesmo período, considerando o segmento dos indivíduos jovens (15 - 24 anos) a taxa de desemprego nacional situou-se em 38,1%, enquanto a Região Centro apresentava um valor de 11,4%. No 2.º trimestre de 2015 o valor desta taxa tinha diminuído para 11,1%, sendo a única região que apresentava valores abaixo da média nacional.

A taxa de actividade (15 e mais anos) no mesmo período de 2015, na Região Centro, situou-se em 58,5% e no Baixo Vouga em 59,5%, valor é superior à média nacional (58,6%).

No mesmo período a taxa de desemprego na Região Centro situava-se em 8,5%, valor aquém da média nacional (11,9%) e o mais baixo das sete regiões portuguesas.

Na Região Centro, a taxa de actividade da população em idade ativa, em 2014, desenvolvia, preferencialmente, a sua actividade nos setores secundário e terciário, ocupando os dois sectores, cotas de população empregada na ordem dos 24,3% e 68,1% respetivamente. No segundo trimestre de 2015 a taxa de actividade era de 59,5% na Região Centro. Este valor é superior à média nacional (58,6%).

Será, normalmente, dedutível que o setor primário ocupava uma importância significativamente baixa (7,6%).

No segundo trimestre de 2015, face a igual período do ano anterior, verificou-se um aumento de constituições de empresas na Região Centro, o que corresponde a um aumento de 15,7% face a igual período do ano anterior, valor acima da média nacional (13%).

Em termos nominais, o índice de volume de negócios na indústria apresentou um crescimento de 2,9% em julho de 2015. No mesmo período a variação homóloga no índice da secção indústria transformadora apresentou em julho de 2015 um crescimento homólogo de 3,5%.

A percentagem de indústrias transformadoras dos setores da alimentação, bebidas e tabaco, da fabricação de produtos minerais não metálicos e das indústrias metalúrgicas e da madeira e cortiça são maioritárias no conjunto do tecido industrial da região, sendo particularmente relevantes as indústrias transformadoras do vinho e seus derivados, as de revestimentos cerâmicos e louças sanitárias e as de metalurgia ligeira.

Esta região do país é detentora de um perfil de especialização regional, fortemente associado às atividades industriais, particularmente na área da cerâmica, metalo-mecânica, restauração e vitivinícola.

No quadro económico ressalta também nesta região a importância do turismo na dinamização da economia nacional e regional, de modo particular, o turismo termal (saúde e bem-estar) e gastronomia e vinhos que apresentam previsões de crescimento nos próximos anos, sendo particularmente relevante nos concelhos de Anadia e Mealhada, com as termas da Curia, Vale da Mó e do Luso. Nestes dois concelhos a capacidade instalada ultrapassa as 2.000 camas.

É de salientar os Pólos de Marca Turismo entre os quais destacaríamos o PMT (Pólo de Marca Turística) de Aveiro abrangendo o Baixo Vouga, incluindo concelhos como: Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro, Aveiro, entre outros.

Em 2014, as regiões com maior oferta de estabelecimentos hoteleiros foram o Algarve (24,3% do total), Norte (19,6%), **Centro (19,3%)**.

A região Centro era a segunda região com maior número de estabelecimentos e a terceira com maior capacidade de alojamento (19,3% e 20,9%, respectivamente) O Norte foi a região com maior oferta de estabelecimentos (25,1% do total) e de camas (24,8%).

Em julho de 2015 a evolução das dormidas foi globalmente positiva, salientando-se as regiões Norte e Centro com 17,5% e 16,1% respectivamente. Neste período verificou-se um crescimento homólogo de 12% com um crescimento real de 14,2% dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros.

Contudo, será de salientar que a capacidade de alojamento se encontra em fase de reestruturação, tendo como metas, entre outras, o aumento anual de hóspedes estrangeiros de 62% e aumento anual de receitas de 10%.

A gastronomia com um conjunto diversificado de produtos permite favorecer economias de escala, potenciando novas oportunidades de negócios geradores de emprego e de rendimento, constituindo o “leitão da Bairrada” o ex-libris gastronómico.

Para reforço do que foi dito salientam-se os consumos energéticos, onde a indústria transformadora e outros serviços absorvem cerca de 70% do consumo total da região.

Em todos os concelhos se verificaram diminuições da população residente intercensos (2001 - 2011).

Em termos etários o grupo dos 0-14 anos tem um peso próximo dos 13,7%, o grupo dos 15-64 de 63,8% e o grupo com mais de 65 anos na ordem dos 22,5%. O escalonamento etário seguido pela fonte, onde estes dados foram colhidos (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro) parece

ter obedecido à lógica: população em idade escolar obrigatória, população potencialmente ativa e população potencialmente aposentada.

O nível de escolaridade da população residente distribui-se, aproximadamente, da seguinte forma: sem nenhum nível de ensino 5,9%; com ensino básico 41,7%; com ensino secundário 82,1% e superior 24,9%.

A taxa de escolaridade em 2001-2002 era da ordem dos 17% e a taxa de analfabetismo de 8%, salvo no concelho de Cantanhede, onde esta taxa atingia o valor de 11%.

6. ACESSIBILIDADES

Em termos gerais as acessibilidades à Região poderão ser consideradas excelentes, considerando que é atravessada pela linha de caminho-de-ferro do Norte, pela A1 e IC2. No interior da Região existe uma boa rede viária, contudo a acessibilidade à Escola tem condicionantes para as pessoas que não sejam automobilizadas, dado que as grandes estruturas viárias e ferroviárias referidas se situam a distância pouco confortável para percurso a pé.

Os transportes públicos com maior importância para funcionamento da Escola são os transportes públicos escolares, contudo dado o seu carácter concelhio apresentam condicionantes importantes para a deslocação de alunos de fora do concelho de Anadia.

7. VISÃO

Ser uma referência regional pela qualidade e excelência de ensino e formação pessoal e profissional, valorizando o saber e a exigência, preparando cidadãos que apreendam valores de humanismo e solidariedade. Zelar pela qualidade da sua intervenção no desenvolvimento da comunidade onde se insere.

8. MISSÃO

Promover e desenvolver a formação de quadros de nível intermédio, a qualificação e requalificação dos recursos humanos ao serviço do tecido empresarial regional, contribuindo para a sua modernização, capacidade de inovação e competitividade.

9. VALORES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O mundo contemporâneo vive uma crise de valores, predominando um relativismo moral baseado no interesse pessoal, na vantagem, na eficácia, sem referência a valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia, o respeito pela vida.

Neste contexto a escola pode ter um papel fundamental para a revitalização da formação ética, atingindo tanto as ações quotidianas quanto as formas de relações interpessoais, etnias, grupos sociais, no sentido do reconhecimento das diferenças e das identidades culturais.

Ao lado do conhecimento científico e da preparação para o mundo tecnológico e comunicacional torna-se necessária a transmissão de saberes socialmente úteis com relevância particular para os direitos humanos, o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, a luta contra a violência, o racismo e a segregação social.

Os valores enquanto elementos da cultura mais conscientes desempenham um papel importante de regulação de comportamentos e atitudes e consubstanciam os objetivos e estratégias da Escola.

10. PRINCÍPIOS ORIENTADORES ORGANIZACIONAIS

A Escola Profissional de Anadia tem ao longo dos 24 anos de funcionamento, centrado a sua orientação para o bem público suportado nos seguintes princípios orientadores da sua atuação:

10.1. Princípios organizacionais

A Escola Profissional de Anadia na sua função pedagógica/didática, dirigida para a formação integral dos alunos, referencia a sua atuação nos seguintes princípios:

- Perseguir uma oferta formativa orientada para as necessidades da população e do tecido empresarial;
- Orientar a formação ministrada para o empreendedorismo, a inovação, a economia e competitividade global;
- Adequar a formação às necessidades específicas do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem;
- Promover a melhoria dos mecanismos de orientação e as condições de auto-orientação do aluno;

- Nortear a sua atividade pela busca constante de metodologias inovadoras de aprendizagem que facultem uma formação de qualidade;
- Incentivar o corpo docente à pesquisa de novas estratégias pedagógicas e didáticas, visando a otimização do processo de ensino/aprendizagem;
- Promover projetos de investigação/ação centrados nas suas práticas pedagógicas, especificidades e objetivos do seu Projeto Educativo;
- Permitir, através da avaliação, a análise do desenvolvimento do processo formativo/educativo, diagnosticando os pontos fracos e fortes de forma a fornecer aos agentes envolvidos elementos para a gestão com sucesso;
- Promover o trabalho em equipa de forma a melhorar a qualidade da formação e da relação entre os atores envolvidos.
- Manter um sistema de controlo de qualidade, com recurso à avaliação interna e externa de todos os atores, procurando alternativas globais que potenciem a aproximem de um serviço de excelência.

10.2. Âmbito Pedagógico/Formativo

10.2.1. Objetivos Visados

A Escola Profissional de Anadia assume-se como uma comunidade escolar em permanente desenvolvimento. Na sequência da visão e da missão delineadas e para atingir os objetivos a que se propõe, entende como fundamental a concretização dos seguintes valores:

Valores democráticos e cívicos:

- Igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.
- Pluralismo de opiniões, diálogo, tolerância, espírito crítico e criativo.
- Diversidade cultural, política, étnica, religiosa que promova o respeito e a equidade.
- Responsabilidade e compromisso.
- Cidadania ativa (direitos, deveres, participação, consciência ecológica...)
- Valores locais, nacionais e universais.

Valores profissionais e sociais:

- Rigor, esforço e exigência como meios de alcançar o sucesso.
- Lealdade e transparência.
- Trabalho como forma de valorização pessoal e coletiva.
- Qualidade e competência.
- Iniciativa, flexibilidade e inovação.
- Mérito e excelência.
- Reflexão, partilha e corresponsabilização.
- Ética.

Valores pessoais e interpessoais:

- Solidariedade e altruísmo.
- Cooperação e colaboração.

- Aceitação da diferença, desenvolvendo uma cultura de inclusão que permita o desenvolvimento das capacidades de cada um.
- Cortesia.
- Sensatez.

11. OFERTA FORMATIVA

11.1. Cursos Profissionais

Os Cursos Profissionais são percursos do nível secundário de educação, caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional. Estes cursos valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o tecido empresarial local.

11.1.1. Destinatários

Os Cursos Profissionais destinam-se aos jovens, com menos de 20 anos de idade e que tenham concluído o 9.º ano de escolaridade ou formação equivalente.

11.1.2. Objetivo

- Contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão;
- Privilegiar ofertas formativas que correspondam às necessidades de trabalho locais ou regionais;
- Preparar os jovens para o acesso a formações pós-secundárias ou ao ensino superior.

11.1.3. Organização

Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos, permitindo maior flexibilidade e respeito pelos ritmos de aprendizagem.

O plano de estudos distribui-se por três componentes de formação:

- Sociocultural;
- Científica;
- Técnica.

A componente de formação Técnica inclui obrigatoriamente uma formação em contexto de trabalho.

Quadro 1 - Plano de Estudos

COMPONENTES DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	TOTAL DE HORAS (a)/ CICLO DE FORMAÇÃO
Sociocultural	Português	320h
	Língua Estrangeira I, II ou III (b)	220h
	Área de Integração	220h
	Tecnologias da Informação e Comunicação	100h
	Educação Física	140h
Científica	2 a 3 disciplinas (c)	500h
Técnica	3 a 4 disciplinas (d)	1100h
	Formação em Contexto de Trabalho (e)	620h
Carga horária total/ Curso		3220h

- (a) Carga horária global não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação, a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga horária anual de forma a otimizar a gestão global modular e a formação em contexto de trabalho.
- (b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
- (c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.
- (d) Disciplinas de natureza técnica estruturantes da qualificação profissional visada. Carga horária global a gerir em função do curso.
- (e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir.

Cada ano letivo é organizado, segundo a carga horária de cada curso, perfazendo, aproximadamente, 36 semanas com uma carga horária média de 26 horas por turma.

11.1.4. Prova de Aptidão Profissional

Estes cursos culminam com a apresentação de um projeto, designado por Prova de Aptidão Profissional (PAP), no qual são demonstradas as competências e saberes desenvolvidas ao longo da formação.

11.1.5. Certificação

A conclusão, com aproveitamento, de um Curso Profissional confere:

- Um diploma de nível secundário de educação (12.º ano);
- Um certificado de qualificação profissional de nível IV.

12. POPULAÇÃO ESCOLAR ACTUAL

Atualmente, a Escola Profissional de Anadia tem 4 turmas do 1º ano, 5 turmas do 2º ano e 4 turmas do 3ºano, num total de 13 turmas de Ensino Profissional, e 270 alunos, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 2 - Distribuição por Curso e Turma

CURSOS	ANO	N.º TURMAS	N.º ALUNOS	TAXA APROVEITAMENTO* (2013/2014)
Técnico de Restauração, variante Restaurante/Bar (Mista)	3.º	1	11	-
Técnico de Restauração variante Restaurante/Bar	2.º	1	21	-
Técnico de Restauração variante Restaurante/Bar	1.º	1	25	-
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha	3.º	1	25	-
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha (Mista)	3.º	1	12	-
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha	2.º	1	26	-
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha (Mista)	2.º	1	15	-
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha	1.º	1	27	-
Técnico de Gestão	3.º	1	24	-
Técnico de Gestão	2.º	1	26	-
Técnico de Gestão	1.º	1	25	-
Técnico de Viticultura e Enologia (Mista)	3.º	1	11	-
Técnico de Viticultura e Enologia (Mista)	2.º	1	11	-
Técnico de Viticultura e Enologia (Mista)	1.º	1	10	-
Técnico de Desenho de Moldes (Mista)	3.º	1	13	-
Técnico de Desenho de Moldes (Mista)	2.º	1	23	-
Técnico de Desenho de Moldes (Mista)	1.º	1	15	-

*A taxa de aproveitamento = n.º de alunos x total de módulos realizados com sucesso/n.º de alunos x total de módulos lecionados, até final do ano letivo 2014/2015

Quadro 3 - Caracterização Social (2015/2016)

Curso Técnico	Ano	Idade						Total
		14 -16		17-19		>20		
		M	F	M	F	M	F	
Técnico de Restauração, variante Restaurante/Bar (Mista)	3.º (12.º)	0	0	5	2	1	3	11
Técnico de Restauração variante Restaurante/Bar	2.º (11.º)	0	5	8	8	0	0	21
Técnico de Restauração variante Restaurante/Bar	1.º (10.º)	4	9	6	6	0	0	25
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha	3.º (12.º)	1	1	12	8	1	2	25
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha (Mista)	3.º (12.º)	0	0	6	4	1	1	12
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha	2.º (11.º)	3	6	8	9	0	0	26
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha (Mista)	2.º(11.º)	2	2	7	4	0	0	15
Técnico de Restauração variante Pastelaria/Cozinha	1.º (10.º)	10	6	6	6	0	0	28
Técnico de Gestão	3.º (12.º)	0	0	11	9	1	3	24
Técnico de Gestão	2.º (11.º)	6	10	2	7	0	0	25
Técnico de Gestão	1.º (10.º)	1	2	6	2	0	1	12
Técnico de Viticultura e Enologia (Mista)	3.º (12.º)	1	0	1	8	0	1	11
Técnico de Viticultura e Enologia (Mista)	2.º (11.º)	1	1	7	2	0	0	11
Técnico de Viticultura e Enologia (Mista)	1.º (10.º)	7	3	0	0	0	0	10
Técnico de Desenho de Moldes (Mista)	3.º(12.º)	0	1	11	1	0	0	13
Técnico de Desenho de Moldes (Mista)	2.º (11.º)	3	3	16	1	0	0	23
Técnico de Desenho de Moldes (Mista)	1.º (10.º)	6	3	5	1	0	0	15
	Total Geral	47	62	116	82	4	10	321

PESSOAL DOCENTE**Quadro 4 - Caracterização do Quadro de Docentes**

N.º TOTAL DE DOCENTES	IDADES				HABILITAÇÃO LITERÁRIA	TIPO DE CONTRATO		
	<30	30-40	40-50	>50		Termo Certo	Quadro	Prestação de Serviços
27	4	14	7	2	Licenciatura - 25 12.º- Profissionalizante - 3	19 3	2	3

PESSOAL NÃO DOCENTE**Quadro 5 - Caracterização do Quadro de Pessoal não Docentes**

CATEGORIA	IDADE				TIPO DE CONTRATO
	>30	30-40	40-50	<50	
Diretor				1	Prestação de serviços
Diretor pedagógico				1	Do quadro
Diretor Administrativo e Financeiro				1	Do quadro
Assistente Social		1			Contrato a termo certo
Técnico Informático			1		Contrato a termo certo
Diretor de Curso		2	3		4 termo certo, 1 do quadro
Diretor de Turma	1	10	2	0	11 termo certo, 2 do quadro
Administrativo	1	1	4	2	4 do quadro, 4 termo certo
Auxiliar de Ação Educativa			1	1	Termo certo
Motorista				1	Termo certo

13. RELACIONAMENTO COM ENTIDADES LOCAIS

A entidade proprietária da Escola é uma Associação, cujos associados são empresas, associações de carácter profissional, associações de carácter interprofissional, autarquias e o Estado.

Para além destes elementos ativos e responsáveis pela definição estratégica de funcionamento e desenvolvimento da instituição, agregam-se à Escola, através de protocolos de colaboração, um elevado número de instituições de carácter empresarial diverso, cooperativas, associações empresariais e mesmo empresários a título individual.

Destas ligações surge o envolvimento direto ou indireto na definição de percursos, nomeadamente através do acesso a bases de dados de necessidades de formação e de crescimento e emprego ou de apoio complementar á formação. Em alguns casos é solicitado o envolvimento da Escola na resolução pontual de dificuldades daquelas instituições, no serviço de mão-de-obra especializada.

Salienta-se no envolvimento referido, nomeadamente no apoio à formação a cedência de técnicos formadores especializados, a receção de alunos para formação em contexto de trabalho ou a viabilização de realização de estágios profissionais.

14. PARTICIPAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO

Correspondendo à iniciativa e desejo manifestado pelo Ministério da Educação em dinamizar e desenvolver a criação de Redes de Cooperação, a Escola Profissional de Anadia tem participado ativamente nas reuniões das Redes de Cooperação das Escolas Profissionais congéneres, contribuindo para a definição do perfil, competências profissionais, dos planos curriculares, modularização, conteúdos programáticos, elaboração de programas e planificação de disciplinas da área tecnológica, de acordo com as matrizes definidas pela ANQ para a homologação dos cursos a serem inscritos no Catálogo Nacional das Profissões.

A Escola tem-se envolvido com determinação e empenho no desenvolvimento de projetos e nas Redes de cooperação inter-escolas, procurando contribuir para:

- Promover a colaboração e diálogo entre as Escolas Profissionais;
- Reforçar a autonomia pedagógica e científica das Escolas;
- Propor atualizações aos Planos Curriculares dos cursos;
- Contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas, através de permuta de experiências e materiais didáticos;
- Dinamizar a formação em contexto de trabalho;
- Incentivar a troca de experiências no âmbito dos Estágios e da Prova de Aptidão Profissional (PAP);
- Desenvolver estratégias que promovam a inserção profissional dos jovens diplomados;
- Estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais e não nacionais.

15. RECURSOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS

15.1. Organização do Espaço e Recursos Disponíveis

O espaço disponível, a necessidade de crescimento e a implementação do Projeto Educativo obrigou a uma planificação cuidada dos espaços e meios. O funcionamento e organização do espaço têm que ser objeto de uma gestão de pormenor, permanentemente adaptável às circunstâncias. Assim, de forma geral os espaços foram definidos de acordo com as grandes linhas de utilização.

Salas de Aula - espaços equipados e adaptados às disciplinas/cursos, em número de treze, onde se realizam aulas de turma, aulas de apoio e sessões de desenvolvimento de projeto;

Laboratórios Tecnológicos - espaços equipados de acordo com a especificidade de cada curso e função, em número de sete;

Centro de Recursos - Espaços de utilização geral, que permitem apoiar o processo de ensino/aprendizagem, as atividades e trabalho individual de alunos e docentes, sendo um local de inovação, de pesquisa e de diversificação de estratégias pedagógicas, equipado com biblioteca, recursos audiovisuais, Internet, entre outros, em número de dezasseis.

15.2. Organização do Tempo

15.2.1. Horário-Tipo

O horário escolar do aluno deve atender a um tempo de permanência na Escola que permita o cumprimento integral do respetivo plano de formação anual. Os horários são elaborados dentro de uma mancha compreendida entre as 08h30 e as 17h, de 2ª a 6ª feira.

Aos Professores contratados pela Escola são atribuídas funções para o cumprimento de tarefas definidas pela Direção Pedagógica. Essas funções são designadas por Atividades Técnico-Pedagógicas (ATP) e podem ser utilizadas em atividades de acompanhamento curricular, atividades de complemento curricular, atividades extracurriculares, reuniões de trabalho e auto-formação.

15.2.2. Tempos Letivos

Atendendo à carga horária semanal e à regulamentação do Plano Operacional do Potencial Humano (POPH) os tempos letivos têm uma duração de 60 minutos, exceto os de Educação Física que têm a duração de 90 minutos.

As tardes de 4.ª feira, na generalidade, não estão previamente organizadas, destinando-se ao acompanhamento personalizado dos alunos com ritmos de aprendizagem diferenciados ou para cumprimento de planos de recuperação/remediação.

Em casos excecionais estes horários poderão ser alargados.

Assim, a organização do tempo configura uma mancha como a que se apresenta no diagrama seguinte.

Quadro 6 - Horário Tipo

Horas	Dias da Semana					
	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
08h30						
09h35						
10h45						
11h55						
12h00						
13h50						
14h55			Atividades de Complemento Curricular			
15h55						
16h00						
17h00						

16. AVALIAÇÃO DOS PONTOS FRACOS E FORTES

Face às respostas obtidas junto da comunidade educativa e local, ressaltam pontos fortes e fracos que passaremos a considerar na definição de objetivos estratégicos e nas medidas de ação educativa a implementar. De seguida, passamos a apresentar os aspetos que funcionam bem e os que mais afetam o bom funcionamento.

RESULTADOS ESCOLARES

Pontos fortes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bons resultados escolares. ▪ Elevadas taxas de conclusão dos cursos. ▪ Elevadas taxas de ingresso no mercado de trabalho. ▪ Elevadas taxas de ingresso no ensino superior para os alunos que pretendem seguir essa via. ▪ Reflexão periódica sobre os resultados escolares, por parte da direção pedagógica, assessores técnicos deste órgão e restantes elementos da estrutura pedagógica

Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente sociocultural das famílias que nem sempre valoriza a escola como parte integrante do projeto de vida dos jovens, do qual resulta um envolvimento menor de uma parte significativa dos encarregados de educação. ▪ Falta de pré-requisitos, nomeadamente às disciplinas de Português e Matemática. ▪ Falta de hábitos de estudo e fraco envolvimento/trabalho de alguns alunos na qualidade das aprendizagens efetuadas e pouca ambição nos resultados escolares.

CULTURA DE INCLUSÃO

Pontos fortes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomento de uma cultura de inclusão que se traduz no trabalho sistemático e articulado de todos os responsáveis, no diagnóstico, planeamento e diferenciação de medidas aplicadas a alunos com dificuldades diversas e com necessidades de apoio complementar, ao nível cognitivo ou das atitudes e valores. ▪ Apoio complementar individualizado ou em grupo. ▪ Existência de gabinete psicossocial. ▪ Baixo abandono escolar. ▪ Visão global do percurso escolar dos formandos. ▪ Deteção de alunos com dificuldades, avaliação da sua situação e estudo das intervenções adequadas.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de um gabinete de apoio psicossocial para apoio a todos os alunos |
|--|

Pontos fracos

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de salas, com dimensão adequada e equipamento necessário, ao exercício das diversas atividades de apoio complementar, letivas ou extra letivas. |
|---|

RELAÇÃO PEDAGÓGICA, DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, APOIO AOS ALUNOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Pontos fortes

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade da relação pedagógica e do ensino, dedicação e empenho e diálogo. ▪ Objetivo primordial implementação de medidas que promovam o sucesso escolar. ▪ Apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou ao nível das atitudes/valores. ▪ Solicitude do pessoal não docente que se traduz num contributo importante para a criação de ambientes propícios à aprendizagem e para a qualidade das relações interpessoais que facilitam a deteção e resolução de problemas. ▪ Adesão a projetos e programas inovadores que resultem numa melhoria do processo de ensino e aprendizagem. ▪ Existência de um plano anual com atividades de complemento/enriquecimento curricular diversificadas - intercâmbios, visitas de estudo, projetos, concursos, desporto. ▪ Oferta de outras atividades em articulação com o Município. |
|--|

Pontos fracos

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Indisciplina e défice de valores de cidadania revelados por alguns alunos. ▪ Falta de empenho e hábitos de trabalho revelados por alguns alunos. ▪ Necessidade de salas, com dimensão adequada e equipamento necessário, destinadas ao exercício das diversas atividades de apoio complementar, letivas ou extra letivas; |
|---|

ORGANIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO

Pontos fortes

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalho cooperativo, planeado pelos professores das turmas em articulação com os órgãos de orientação pedagógica, direção pedagógica e direção. ▪ Apoios específicos na aprendizagem e na formação de atitudes e valores positivos. ▪ Dinamização do Gabinete de apoio psicossocial, fundamental na abrangência e especificação das atividades aconselhadas e na implementação de apoios psicossociológicos. |
|---|

- Processo de avaliação contínua do desenvolvimento do processo educativo com identificação dos pontos fortes e fracos e apresentação de estratégias de superação.
- Definição clara e objetiva dos objetivos e metas.
- Aplicação de medidas disciplinares.
- Existência de um sistema integrado de comunicação entre as várias estruturas educativas.

Pontos fracos

- Indisciplina e défice de valores de cidadania revelados por alguns alunos.
- Falta de empenho e hábitos de trabalho revelados por alguns alunos.
- Espaços exíguos para o desenvolvimento de algumas atividades complementares
- Existência de um sistema integrado de comunicação que facilita o acesso a informações às várias estruturas educativas, em tempo útil e oportuno.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Pontos fortes

- Bom estado de conservação dos edifícios da escola.
- Bom estado de conservação dos equipamentos existentes.
- Controlo das entradas e saídas e assiduidade através dos técnicos auxiliares de educação, técnicos do gabinete psicossocial e estruturas pedagógicas.
- Prestação de serviços de qualidade.
- Limpeza e higiene dos espaços escolares.

Pontos fracos

- Falta de espaço físico para o desenvolvimento das atividades letivas.
- Falta de um espaço próprio para lecionar as aulas de educação física.
- Necessidade de aumentar o espaço da cozinha pedagógica e bar pedagógico, face ao aumento de alunos, para lecionação de aulas práticas.

17. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Na forma de organizar o processo de ensino procuramos para melhor poder enquadrar os recursos humanos e materiais, não excluir o contexto atual, com as respetivas mudanças/necessidades sociais, económicas, culturais e tecnológicas.



Assim, procuramos respostas que mais se adequem face aos vários desafios, nomeadamente:

- Ao prolongamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, que constituindo uma oportunidade para aumentar os níveis de escolaridade e de capacitação do aluno para o mercado de trabalho, requer um maior esforço da parte da estrutura pedagógica no sentido de alcançar a qualidade técnica e de formação pessoal requeridas;
- Às crescentes dificuldades socio económicas e de compromisso sentidas pelas famílias no acompanhamento do percurso escolar do seu educando, exigindo novas formas de envolvimento, acompanhamento e comunicação. Com este objetivo a escola dispõe de um Gabinete de Apoio Psicossocial;
- Às rápidas mudanças tecnológicas e sociais que requerem ajustamentos constantes, através de atualizações de matérias, técnicas, metodologias e projetos que promovam a inovação, o empreendedorismo e uma cada vez maior capacitação do formando em diferentes contextos;
- À necessidade de requalificação física e funcional dos espaços escolares, através de obras de conservação e adaptação, tendo em consideração a restrição financeira;

Apesar das dificuldades referidas, a dinamização imprimida pelos vários elementos da estrutura educativa através de um conjunto de projetos e atividades, valoriza a participação de todos, procurando formas diversificadas e criativas às diversas situações com que têm que se confrontar, para além de constituir uma mais-valia. Neste contexto destacaríamos os projetos: -“A Empresa e o *Modus Operandi* da Banca e da Segurança Social”, “O Parlamento dos Jovens”, “*TWIST* - A tua energia faz a diferença”, “Mostra gastronómica de Natal”, “Concurso de Ideias”, “A Primavera em *Carving*”, “*Young Business Talents*”, “Mais Contigo”, “Ilídio Pinho”, “Anadia *SCHOOLS’ CARTS RACE*”, “25 DE A bril” “Jogos da Matemática”. A realização destes projetos e outras atividades extra curriculares, assim como

um acompanhamento personalizado e sistemático aos alunos a que foram diagnosticadas dificuldades, quer ao nível do aproveitamento, quer ao nível pessoal vem promover a motivação dos alunos, o empenhamento e o aprender a fazer fazendo, reduzindo o insucesso escolar e otimizando a qualidade de ensino.

A envolvimento interna e externa, a colaboração/cooperação, em muitos dos projetos realizados, com a comunidade envolvente e com outras entidades regionais ligadas ou não à área de formação concorre de igual forma para o enriquecimento integral do formando, dinâmica da organização e do processo de ensino e criação de sinergias.

18. PRIORIDADES DE ACTUAÇÃO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A. PEDAGÓGICA/RELACIONAL				
Dimensões	Objetivos estratégicos	Metas	Ações a desenvolver	Indicadores
A. RESULTADOS ESCOLARES	Melhorar a qualidade e o sucesso da formação dos alunos.	Desenvolver competências que permitam abordar com sucesso o mercado de trabalho	Promoção da aquisição de comportamentos adequados no espaço sala: atenção, concentração, conclusão de tarefas.	Atas
	Melhorar a qualidade da formação básica dos alunos.	Aumentar a taxa de sucesso ao longo do ano em 97%.	Dinamização de leitura, estímulo da oralidade, desenvolvimento da expressão escrita, compreensão explícita da língua (consciência fonológica).	Relatórios dos DT e dos Apoios Educativos
	Melhorar a qualidade da preparação dos alunos para ingresso no mercado de trabalho ou prosseguimento de estudos.	Aumentar a taxa de sucesso em 70% para os alunos que pretendam ingressar no mercado de trabalho e em 10% para os alunos que pretendam fazer prossecução.	Promoção da aquisição elementar de competências ao nível da matemática, geometria, estatística, conceitos numéricos e técnicos.	Dados fornecidos pelo gabinete de apoio psicossocial
	Melhorar os resultados obtidos pelos alunos.	Aumentar a taxa de sucesso no final do curso para 97%.	Realização do despiste de potenciais situações de risco. Realização de todos os módulos com sucesso, cumprimento das metas traçadas no P.E.. Elaboração dos horários dos alunos de acordo com a natureza das disciplinas. Dinamização de projetos e de planos de combate ao insucesso através de: - Trabalho reflexivo sobre boas práticas de ensino e avaliação: planificações adequadas ao perfil do aluno, apoio individualizado, recuperações com	Dados do INOVAR Monitorização efetuada pela D.P. e D.T. com base nos resultados obtidos. Monitorização do percurso individual de cada aluno pelo D.T. e Coordenadores de Curso

			<p>definição de estratégias, monitorização sistemática de todo o processo de aprendizagem com indicação de inconformidades às estratégias traçadas, modalidades de avaliação, diversificação de instrumentos, critérios de avaliação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Participação no Projeto Testes Intermédios.- Incentivo à participação e responsabilização dos alunos no seu processo de aprendizagem e valorização da autoavaliação crítica.- Distribuição de serviço aos professores contemplando tempos para apoios aos respetivos alunos.- Reforçar o peso da assiduidade na avaliação.- Promover a imediata reposição de horas a 100%.- Acompanhamento/monitorização dos casos mais problemáticos.- Melhorar o ritmo e hábitos de estudo e trabalho;- Estimular o trabalho a pares;- Participar ativamente nas atividades propostas;- Utilizar estratégias diversificadas de modo a ir ao encontro aos ritmos de aprendizagem e dificuldades- Exploração de materiais;- Resolução de problemas relacionados com o quotidiano;- Motivação dos alunos para as disciplinas através da realização de atividades diferenciadas das da sala de aula;- Consolidação de conhecimentos sobre conteúdos lecionados, através da realização de exercícios de fichas formativas;	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none">- Dinamização de atividades diferenciadas e lúdicas, com recurso a jogos, fichas de trabalho e resolução de problemas, facilitadoras do desenvolvimento do raciocínio matemático;- Utilização das TIC. <p>Outras atividades de carácter geral:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilizar aos alunos, todo o material utilizado (planificações letivas, indicadores de aprendizagem, fichas de trabalho e respetivas correções...);- Planificar em conjunto as atividades a realizar;- Discutir e analisar as estratégias utilizadas;- Partilhar os conhecimentos ao nível das novas tecnologias para a produção de recursos para as aulas;- Dar a conhecer aos E.E. o objetivo e horário de funcionamento semanal dos projetos;- Solicitar a colaboração dos E.E. no sentido de incentivarem os seus educandos. <p>Ao nível do clima de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none">- Desenvolver o ambiente de trabalho harmonioso e colaborativo semanal entre os professores para, de forma articulada e consistente, contribuir para a melhoria das aprendizagens dos alunos;- Partilhar materiais e saberes entre os professores;- Estimular a gestão flexível e articulada dos currículos;- Desenvolver atitudes de avaliação crítica, dinamizando a auto e hetero-
--	--	--	---

			<p>avaliação;</p> <ul style="list-style-type: none">- Mobilizar alunos e Encarregados de Educação para a superação das dificuldades.- Apoio pedagógico “ <i>Estudo</i>” <p>Complementar e suplementar</p> <ul style="list-style-type: none">- Realização de atividades que visem a superação de dificuldades.- Co-responsabilização de toda a comunidade educativa nomeadamente pais/encarregados de educação, pelo sucesso das aprendizagens- Estimular o gosto e a necessidade de aprender, reconhecendo e respeitando ritmos diferenciados, auto-responsabilizando o aluno pela gestão do seu próprio percurso;- Planificação conjunta da atuação curricular das diferentes áreas disciplinares, definindo:<ul style="list-style-type: none">- As competências específicas;- A operacionalização transversal das competências gerais em articulação com as competências específicas;- As experiências de aprendizagem a privilegiar;- As articulações curriculares possíveis. <p>Elaboração e planificação conjunta da dinâmica de desenvolvimento dos alunos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Criação de indicadores de insucesso;- Identificação das dificuldades mais problemáticas;- Realização de avaliações intermédias;	
--	--	--	---	--

<p align="center">B. ABANDONO ESCOLAR</p>	<p>Motivar os alunos pela aprendizagem.</p>	<p>Manter valores de abandono escolar abaixo dos 5%.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Adequar as atividades aos interesses dos alunos, às condicionantes do mercado de trabalho, às necessidades da comunidade circundante e aos recursos existentes. - Dinamização de projetos com ligação à vida ativa e ao saber prático, com estágios em empresas. - Incentivo ao recurso a metodologias diversificadas e inovadoras. - Implementação de medidas preventivas da exclusão escolar. - Realização de atividades de complemento curricular e apoios adequados às dificuldades sentidas por cada aluno. - Implementar, através do Plano de Atividades, ações motivadoras e que permitam a integração do aluno na comunidade educativa. 	<p>Gabinete de Apoio Psicossocial de Apoio ao Aluno.</p> <p>Estudo Diagnóstico das Necessidades Formativas Locais e Regionais</p>
<p align="center">C. PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM</p>	<p>Promover o rigor científico, o raciocínio e o espírito crítico.</p> <p>Promover a literacia e a leitura.</p> <p>Promover o trabalho autónomo.</p> <p>Intensificar o trabalho cooperativo de todos os membros da comunidade educativa</p>	<p>Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação interturmas como forma de promover o conhecimento mútuo do trabalho realizado, de perspetivar a sequencialidade programática nos vários cursos, de aferir critérios de avaliação e de promover a interdisciplinaridade. - Práticas colaborativas entre professores a nível de planificação, produção de materiais pedagógicos, definição/aplicação de critérios de avaliação e elaboração de instrumentos de avaliação. - Criação de ambientes favoráveis à aprendizagem - pedagogia diferenciada; disciplina na sala de aula, de acordo como Estatuto do Aluno e o Regulamento Interno; diversificação de metodologias 	<p>Estruturas de coordenação pedagógica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diretores de turma; - Diretores de Turma; - Coordenadores de curso; - Direção pedagógica; - Sala de apoio ao estudo. <p>-Apoios educativos suplementares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitorização. - Plano de Atividades.

			<p>de ensino, de atividades e de recursos didáticos; consolidação de competências de leitura, escrita, interpretação e cálculo; e incremento de modalidades de apoio à atividade pedagógica previstas na legislação em vigor.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização das bibliotecas escolares ou municipal como recurso transversal na operacionalização dos currículos e na articulação de atividades com todas as estruturas educativas. - Envolvimento e responsabilização dos encarregados de educação no acompanhamento e supervisão dos percursos escolares dos seus educandos. - Elaboração, aplicação, monitorização e avaliação de programas educativos individuais, de planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento. 	
D. CULTURA DE INCLUSÃO	<p>Promover a igualdade de acesso à informação.</p> <p>Diagnosticar as necessidades formativas reveladas pelo mercado de trabalho local e pela comunidade.</p> <p>Criar estratégias e disponibilizar meios de melhoria das saídas profissionais.</p> <p>Promover comportamentos socialmente corretos e</p>	<p>Melhorar o grau de satisfação de professores, alunos, pais e encarregados de educação com a inclusão educativa e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento em recursos fundamentais de apoio às aprendizagens dos alunos, de modo a garantir as condições de igualdade de oportunidades de aprendizagem e de sucesso educativo. - Adequação do processo de ensino e aprendizagem às necessidades educativas dos alunos com dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou portadores de deficiências ou incapacidades; . - Alargamento do número de protocolos e parcerias de cooperação ativa com entidades de âmbito local e regional com vista ao encaminhamento de alunos/formandos. - Prevenção de comportamentos de violência e de indisciplina no espaço escolar com o apoio do gabinete de apoio 	<p>Recursos didáticos diversificados PTI e Relatórios de DT .</p> <p>Trabalhos e relatórios de grupos e de projetos</p> <p>Grelhas de observação e de auto e heteroavaliação</p> <p>Gabinete de apoio Psicossocial</p> <p>Protocolos/Parcerias com associações, instituições, entidades, empresas e projetos.</p>

	<p>o cumprimento de normas de conduta.</p> <p>Apoiar alunos com dificuldades económicas e sociais.</p> <p>Melhorar a qualidade de vida dos jovens, bem como das suas famílias.</p>		<p>e entidades locais ou regionais destinadas a dar esse tipo de apoio.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colaboração com entidades competentes no que respeita à deteção de situações de risco familiar ou social. - Articulação do trabalho do Gabinete de apoio com o de outras estruturas de orientação educativa e instituições empregadoras. - Desenvolvimento do sentimento de pertença à escola, envolvendo ativamente alunos, professores, pessoal não docente, pais, encarregados de educação e membros da comunidade local na dinamização de atividades e na representação em órgãos escolares previstos na lei. 	
<p>E. ENRIQUECIMENTO E EXTRAESCOLARES</p>	<p>Motivar os alunos a frequentar os projetos e eventos previstos no plano de atividades.</p> <p>Estimular a adoção de comportamentos respeitadores do meio ambiente.</p> <p>Aumentar a prática regular de desporto e/ou atividade física.</p> <p>Estimular os alunos a envolverem-se na vida comunitária e escolar.</p>	<p>Atingir uma taxa de 80% de alunos envolvidos em projetos/atividades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar com iniciativas bem sucedidas em anos anteriores e implementação de novas ações, em função das motivações dos alunos e das oportunidades do meio (projetos, clubes, comemoração de dias temáticos e outras atividades). <p>Incentivo e apoio à realização de novos projetos ou ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - direcionados para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e educação para estilos de vida saudáveis, nomeadamente no plano social, cultural, desportivo, ambiental e do património histórico; - de intervenção na comunidade escolar (campanhas de solidariedade, separação seletiva de lixo, eficiência energética, alimentação e saúde, civismo...) - com ligação ao exterior (meio local, regional, nacional ou internacional). 	<p>N.º de concursos, certames participados.</p> <p>N.º de eventos promovidos.</p> <p>N.º de palestras, cursos, conferências, seminários, <i>workshops</i>, ações formativas e de esclarecimento assistidas.</p>

			Valorização e incentivo às práticas de voluntariado.	
F. PROMOÇÃO DA SAÚDE	<p>Conhecer conteúdos básicos, de modo a permitir uma reflexão crítica e sistemática sobre problemas de saúde.</p> <p>Contribuir para um maior e melhor conhecimento dos factos e componentes que integram a vivência da sexualidade.</p>	Dotar os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao bem-estar físico, social e mental.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de palestras e ações de informação em grupos/turmas sobre educação para a saúde e sexualidade. - Criação de condições para incentivar e aumentar a prática regular de desporto e/ou atividade física, quer através do desporto escolar, quer através da atividade interna. - Incentivo ao consumo de fruta e comida saudável reduzindo gradualmente (até à eliminação total) de bebidas com teor de açúcar elevado, sensibilizando ainda os encarregados de educação para estas práticas. - Promover a colaboração do centro de saúde com o Gabinete de Apoio Psicossocial. 	<p>Registo de presenças no Gabinete de Atendimento e de Apoio ao Aluno</p> <p>Ações formativas e de esclarecimento</p> <p>Avaliação da oferta complementar</p>
G. RELAÇÃO ESCOLA/ COMUNIDADE	<p>Desenvolver a colaboração e a participação com diferentes parceiros da comunidade envolvente.</p> <p>Promover contactos, parcerias e ações de colaboração com outras entidades locais e regionais, nomeadamente em presas.</p>	<p>Reforçar a taxa de participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola e na supervisão educativa dos seus educandos.</p> <p>Estabelecer acordos de parceria ou protocolos com parceiros educativos em número suficiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de compromissos entre a escola e as famílias, partilhando responsabilidades no percurso escolar dos alunos. - Disponibilização de informação pertinente aos pais e encarregados de educação sobre o percurso escolar dos seus educandos e outras atividades desenvolvidas pela escola, procurando aumentar a qualidade da sua intervenção. - Sensibilização dos representantes dos encarregados de educação nas estruturas educativas para as tarefas e as responsabilidades inerentes à função de representação. - Articulação do plano de atividades, 	<p>Protocolos/parcerias com associações, instituições, entidades e empresas e projetos.</p> <p>Questionários</p> <p>Reuniões periódicas da escola com os pais e encarregados de educação e outras entidades, nomeadamente município.</p> <p>Plano Anual de Atividades</p>

			<p>sempre que possível, com o plano de atividades da autarquia.</p> <p>- Criação de um histórico de tradição escolar repetindo, anualmente, rituais apropriados pela comunidade (Dia do Padroeiro da escola, Dia do Baile de Finalistas,...).</p>	
--	--	--	---	--

B. RECURSOS E EQUIPAMENTOS				
Dimensões	Objetivos estratégicos	Metas	Ações a desenvolver	Indicadores
<p>A. EDIFÍCIOS/ ESPAÇOS ESCOLARES</p>	<p>Promover o cumprimento das diretivas de segurança.</p> <p>Alertar e prevenir situações de risco por deficiências de instalações e infraestruturas.</p>	<p>Preservar e contribuir para a conservação dos edifícios e espaços escolares.</p>	<p>- Identificar e resolver problemas de segurança em tempo útil, com o envolvimento dos agentes educativos.</p> <p>- Testar o Plano de Segurança, envolvendo simulacros e ações de sensibilização para as questões de segurança.</p> <p>- Intervenção, junto das entidades responsáveis, para que se proceda aos necessários arranjos, modernização e melhoria das instalações da escola (acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência, recintos desportivos, balneários, instalações sanitárias, salas de aula, pátios de recreio, telhados, abrigos, espaços verdes...).</p> <p>- Criação ou adaptação de espaços destinados ao trabalho docente, quer individual, quer em equipa, a fim de melhorarem as atuais condições.</p> <p>- Implicação de toda a comunidade educativa na conservação da qualidade dos espaços e responsabilização pela reparação de danos eventualmente causados.</p>	<p>Plano de Segurança Escolar</p> <p>Simulacros de situações de incêndio e sismos</p>

			- Manter o espaço exterior em condições de higiene e asseio, protetores da saúde e do bem-estar.	
B. EQUIPAMENTOS	Preservar os equipamentos escolares. Alertar e prevenir situações de risco por deficiências.	Preservar e contribuir para a conservação dos equipamentos.	- Melhoria e modernização dos equipamentos pedagógico-didáticos e de lazer. - Reparação de equipamentos degradados. - Implicação de toda a comunidade educativa na vigilância da conservação da qualidade dos equipamentos e responsabilização pela reparação de danos eventualmente causados.	Quantidade de equipamento danificado

C. ORGANIZACIONAL				
Dimensões	Objetivos estratégicos	Metas	Ações a desenvolver	Indicadores
A. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Estimular o trabalho colaborativo entre os docentes. Aumentar a eficiência e eficácia dos serviços.	Atingir uma taxa elevada de intervenientes com conhecimento dos documentos estratégicos. Atingir níveis elevados de satisfação com a prestação de serviços. Atingir níveis elevados de satisfação em relação às condições de trabalho.	- Organização da componente não letiva dos docentes de forma a contemplar a interdisciplinaridade, ao trabalho conjunto e produção de materiais em poliautoria. - Incrementação de ações de formação para o pessoal docente e não docente, de acordo com as necessidades organizacionais e legislativas, - Avaliação da resposta dos serviços às solicitações e produção de planos de melhoria.	N.º de ações de formação realizadas. N.º de planos de melhoria produzidos.

<p align="center">B. COMUNICAÇÃO E MARKETING</p>	<p>Aumentar a comunicação e a divulgação de informação através do suporte eletrónico, diminuindo o uso de papel.</p> <p>Promover a imagem da escola no exterior.</p>	<p>Aumentar os níveis de reconhecimento da escola no exterior como uma instituição educativa de referência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar, estimular e produzir documentos para a equipa de comunicação para o exterior. - Estimular toda a comunidade na produção de documentos para o jornal. - Participação em eventos e certames onde seja possível a divulgação de projetos e resultados produzidos pela escola. - Promover a imagem e o trabalho da escola através de ações livres e abertas. 	<p>N.º de inserções e publicações nos meios de comunicação escrita e oral.</p> <p>N.º de artigos e outros publicados no jornal da escola</p> <p>N.º de participações em feiras e outros certames.</p> <p>N.º de ações abertas à comunidade.</p>
<p align="center">C. AUTOAVALIAÇÃO</p>	<p>Realizar avaliações periódicas e anuais de forma a traçar planos de melhoria.</p>	<p>Identificação dos pontos fortes e fracos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização trimestral de reuniões de monitorização do plano de atividades e do projeto educativo, envolvendo os agentes de cada processo de ensino e de aprendizagem. - Publicitação e análise conjunta por todos os elementos da escola dos relatórios de auditorias externas. 	<p>N.º de reuniões realizadas e recomendações produzidas.</p>

19. FORMAS E MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Requerendo o Projeto Educativo uma permanente avaliação de caráter formativo de modo a, numa lógica de auto-avaliação, possibilitar uma eventual reorientação ou ajustamento, no decorrer do seu desenvolvimento, prevê-se que a avaliação do projeto contemple a coerência do mesmo com os problemas identificados, a eficiência na gestão dos recursos e dos meios envolvidos e a eficácia das ações programadas, face aos resultados obtidos.

Assim, propõe-se que esta integre:

Avaliação intermédia - (Para auto-regulação do desenvolvimento do projeto) - Incidindo na avaliação do Plano Anual de Atividades e complementada através da recolha de informações, de modo a cobrir todas as áreas de ação consideradas prioritárias neste Projeto Educativo. Trimestralmente serão efetuadas reuniões de conselho pedagógico onde será avaliado o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos.

Avaliação final - (Para certificação dos resultados obtidos) - Mediante a recolha de informação, junto da comunidade educativa, a qual terá como suporte técnico um inquérito similar ao utilizado na fase de diagnóstico deste projeto e complementado com outros elementos considerados relevantes.

No que respeita ao acompanhamento do processo de avaliação prevê-se a formação de um grupo de trabalho (a nomear pelo Diretor Pedagógico), responsável pela recolha de informação, nomeadamente, quanto ao andamento, faseamento e pertinência das atividades desenvolvidas.

Deverá, ainda, este grupo proceder à elaboração de um relatório anual que, depois de devidamente apresentado e apreciado em Conselho Pedagógico, será submetido à aprovação da Assembleia.

Divulgação dos resultados da avaliação - Será efetuada trimestralmente em Conselho pedagógico.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

A consecução do Plano de Ação deste Projeto Educativo deve ser predominantemente assegurada pelo Plano Anual de Atividades e pelo Regulamento Interno que constituem, assim, instrumentos privilegiados da sua operacionalização.

Este Projeto, com a duração de três anos, deverá ser, anualmente, objecto de avaliação, de modo a permitir eventuais reajustamentos e/ou reformulações.

Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada

Apartado 256 :: 3781-907 Anadia

Tel.: 231 510 332 :: 231 511 744

Fax: 231 511 744

www.viti.edu.pt :: eveb@mail.telepac.pt